Considerando que têm sido levantadas dúvidas sobre a aplicação do Código das Execuções Fiscais à cobrança de algumas dívidas;

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Para a cobrança coerciva de todas as dívidas à Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, seja qual fôr a sua origem, natureza ou título, terão força executiva, nos termos e para os efeitos do Código das Execuções Fiscais, as certidões elaboradas pela Direcção dos Serviços de Finanças da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, extraídas dos livros ou documentos de onde constarem as importâncias em dívida.

§ único. A cobrança coerciva das dívidas referidas neste decreto e a remessa dos respectivos autos ao tribunal serão ordenadas por despacho do administrador geral dos correios, telégrafos e telefones.

Publique-se e cunpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1940. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Por despacho do conselho de administração do pôrto de Lisboa de 26 de Abril de 1940, e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba da alínea a) «Carvão» do n.º 1) «Matérias primas e produtos acabados ou meio acabados para usos industriais» do artigo 8.º «Material de consumo corrente» da classe «Despesas com o material» do orçamento da Administração Geral do Pôrto de Lisboa para o ano económico de 1940 com a importância de 15.000\$, a sair da verba da alínea b) «Água» dos mesmos número, artigo e classe.

Administração Geral do Pôrto de Lisboa, 30 de Abril de 1940. — O Administrador Geral, *Salvador de Sá Nogueira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 30:419

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do ar-

tigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizada a 10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer às Companhias dos Caminhos de Ferro Portugueses e Nacional de Caminhos de Ferro, em conta da verba inscrita no capítulo 10.º, artigo 864.º «Despesas de anos económicos findos», do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o corrente ano económico, as quantias de 713\$40 e 57\$55, de que aquelas Companhias são credoras pelos fornecimentos de transportes em caminho de ferro feitos no ano económico de 1939 à Direcção Geral da Saúde Escolar.

Publique-se e cunpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Maio de 1940. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Nos termos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que, por despacho de S. Ex.ª o Ministro da Agricultura de 5 do corrente, de harmonia com as disposições do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, foram autorizadas no orçamento do Ministério da Agricultura em vigor no corrente ano económico de 1940 as seguintes transferências de verba:

CAPÍTULO 4.º

Direcção Geral dos Serviços Pecuários

Serviços Centrais

Despesas com o material:

Artigo 35.º — Aquisições de utilização permanente:

2) Móveis:

Da alínea c) «Outros móveis» para a alínea a) «Máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios» 17.000\$00

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 44.º — Outros encargos:

Do n.º 2) «Inscrições e despesas respeitantes a congressos» para o n.º 1) «Prémios e condecorações», alínea c) «Insígnias e condecorações» 1.266\$00

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 27 de Abril de 1940. — O Chefe da Repartição, *Luiz de Albuquerque Bettencourt*.